

DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS: UMA APROXIMAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INCERTEZA.

Renan Bronzatto Adorno

Faculdade de Direito
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
renan.adorno@gmail.com

Prof. Dr. Luiz Paulo Rouanet

Ética e Justiça
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
lrouanet@puc-campinas.edu.br

Resumo: *Visando a estudar os princípios filosóficos da democracia, de modo a entender seu conceito básico, examinar exemplos de democracias da atualidade e, a partir do entendimento de sua funcionalidade, tentar verificar a incidência do princípio da incerteza em política e sua harmonia com os demais princípios democráticos, tivemos como principal fonte de estudos a obra *Patterns of Democracy*, de Arendt Lijphart, professor da Universidade de Yale que estudou os modelos de democracia atuais, no tocante à forma de difusão do poder, tendo de um lado o modelo majoritarista e, do outro, o consensualista. Com o estudo, Lijphart buscou verificar se a efetividade política está relacionada negativamente com a difusão de poder e, havendo tal relação, qual seria a sua relevância para o desenvolvimento de cada nação.*

Palavras-chave: *Democracia, consensualismo, majoritarismo.*

Área do Conhecimento: *Ciências Humanas – Filosofia Política Moderna e Contemporânea – Ética e Justiça.*

1. INTRODUÇÃO

Ao final do projeto e, em se tratando de estudo puramente teórico, concluímos o estudo tendo chegado a importantes conclusões que serão de grande utilidade para as futuras atividades de pesquisa do grupo. Tais conclusões, em grande parte, foram extraídas da principal obra estudada, *Patterns of Democracy* (Padrões de Democracia), do professor americano da Universidade de Yale Arendt Lijphart, essencial para o entendimento dos conceitos atuais de democracia e dos exemplos empíricos atuais.

A pesquisa forneceu elementos para a compreensão pormenorizada de formas contemporâneas de democracia, principalmente sobre as formas de difusão do poder e sua relação com a efetividade e desempenho políticos. Tal compreensão permitirá ao grupo prosseguir na linha de pesquisa com maiores subsídios para os estudos, pois, tendo em vista esta importante contribuição, haverá a possibilidade de formulação de juízos mais fundamentados a respeito do tema pesquisado.

A seguir, exponho de forma sintética as conclusões e conteúdos dos resultados obtidos durante a pesquisa.

2. PADRÕES DE DEMOCRACIA, CONSENSUALISMO X MAJORITARISMO.

Para o estudo dos modelos democráticos, visando a identificar o padrão de difusão de poder em cada democracia estudada, Lijphart traçou um padrão bidimensional de características, verificável em todas as formas de democracia. Neste padrão, são inseridas dez características relacionadas à difusão de poder, cinco em cada lado. A razão de ser desta bidimensionalidade, segundo Lijphart, é que cada característica se relaciona com as demais dentro de sua dimensão, como bem demonstrou, o que facilita o estudo e o mapeamento das democracias consensuais do planeta.

Com a finalidade de avaliar o desempenho de cada sistema (efetividade política) e a representatividade de cada modelo democrático (difusão de poder), assim como a relação entre estes, Lijphart desenvolve toda sua teoria e a coloca à prova valendo-se, sistematicamente, das mais variadas características e estatísticas colhidas de trinta e seis democracias atuais, escolhidas criteriosamente para o estudo pretendido.

Resumindo:

- Duas formas de Democracia: consensual e majoritária.
- Cada uma delas apresenta dez características equivalentes e opostas entre si.
- Essas dez características agrupam-se em duas dimensões, cinco em cada.
- As características agrupam-se em dimensões diversas por estarem relacionadas a diferentes formas de difusão do poder, formas de difusão que só são verificáveis nas formas de democracia tendentes ao consenso.
- Uma dimensão, "*Executives-parties dimension*", diz respeito à difusão do poder por agência coletiva e responsabilidade compartilhada, no tocan-

te ao “agir coletivo”, dentro de cada instituição (no caso, o parlamento); já a outra, “*Federal-unitary dimension*”, se relaciona à difusão do poder entre instituições. Dessa forma, poder-se-ia chamar a primeira dimensão de “dimensão de responsabilidades de conjunto” (*joint-responsibility dimension*) e a segunda de “dimensão de responsabilidade segmentada” (*divided responsibility dimension*).

Abaixo estão as dez variáveis do padrão bi-dimensional, desenvolvidos por Lijphart:

“*Executives-parties dimension differences*”

1. Concentração do poder executivo em maioria mono-partidária *versus* poder executivo dividido em grandes coalizões multipartidárias.
2. Relações entre executivo e legislativo em que domina o executivo *versus* poder balanceado entre ambos.
3. Sistema bi-partidário *versus* sistema multipartidário.
4. Sistema eleitoral desproporcional embasado no majoritarismo *versus* representação proporcional.
5. Sistemas pluralistas de grupos de interesse com competição livre entre grupos *versus* sistemas de grupos de interesse coordenados e “corporativistas” focados no compromisso e cooperação.

“*Federal-unitary dimension differences*”

1. Governo unitário e centralizado *versus* governo federativo e descentralizado.
2. Concentração do poder legislativo em legislatura unicameral *versus* divisão do legislativo entre duas casas de igual força, mas diferentemente constituídas.
3. Constituições flexíveis que possam ser emendadas por simples maioria *versus* constituições rígidas que só permitam emendas por maioria extraordinária.
4. Sistemas em que a palavra final sobre a constitucionalidade das leis fica a cargo do próprio legislativo *versus* sistemas nos quais as leis são matéria de revisão judicial no tocante a sua constitucionalidade por cortes constitucionais ou supremas.
5. Bancos centrais que dependem do executivo *versus* bancos centrais independentes.

O autor, então, estuda as todas as variáveis e demonstra, ao longo do seu estudo, valendo-se de exemplos empíricos, a correlação e a lógica existente entre estas (dentro de cada dimensão), assim como a oposição entre o sistema majoritarista e o consensualista, valendo-se de um método extremamente rigoroso e criterioso.

Após traçado o mapa conceitual da democracia, Lijphart passa a discorrer, então, acerca da *so what question*: “a democracia consensual faz a diferença”?

O foco, assim, é verificar a possível existência (que estaria de acordo com as teorias convencionais) de uma ligação entre o modelo majoritário de democracia e a efetividade política (efetivas tomadas de decisão). Uma vez que, em se baseando nas teorias convencionais, tem-se que democracias consensuais e de representação proporcional promovem representação popular mais precisa e, particularmente, melhor representação das minorias e proteção de seus interesses, bem como larga participação nas tomadas de decisão. Por outro lado, contudo, esse conhecimento convencional tem que governos monopartidários, majoritários, tipicamente produzidos por eleições pluralitárias são mais decisivos e, portanto, mais efetivos politicamente.

Assim, passa a examinar de forma crítica as teorias convencionais, que estabelecem relação entre a democracia majoritária e efetivas tomadas de decisão na política, bem como a questão da qualidade democrática, que estaria ligada ao consensualismo, ainda segundo essas teorias convencionais.

Exponho os principais argumentos e contra-argumentos do autor de forma sistemática e direta:

- Governo majoritário estaria mais apto a tomar decisões rápidas e coerentes, devido à grande união e liderança decisiva no governo. Em contrapartida, nem sempre agilidade e rapidez significam boas decisões, uma vez que se deixa de lado o debate e o amadurecimento das idéias, bons exemplos foram dados a respeito.
- As políticas de um governo majoritário seriam coerentes entre si. Todavia, em contraponto, as políticas supostamente coerentes produzidas pelo governo majoritário se tornam nulas pela alternância desses governos (direita e esquerda), o que pode causar mudanças bruscas na política. Administração macroeconômica de sucesso requer não um governo forte, mas um governo estável e constante. Políticas apoiadas por um amplo consenso tendem mais ao sucesso e a permanecer em curso que políticas de um go-

verno “decisivo”, mas impostas contra importantes setores da sociedade.

- A paz civil em sociedades divididas requer conciliação e compromisso – objetivos apenas possíveis quando há o máximo possível de inclusão no processo de tomada de decisão.

Tais características, termina Lijphart, são provavelmente muito mais importantes que tomar decisões rápidas (*snap decisions*).

Para avaliar a efetividade política, o autor toma como base os dados de gerência macroeconômica e controle da violência. Importante observar a ressalva de Lijphart quando este afirma que apesar de o bom desenvolvimento democrático também depender de outros fatores que não apenas a política governamental, há por parte do governo a capacidade de controle das forças macro-econômicas ao menos em grande parte, assim como no tocante ao controle da violência. Todavia, tais fatores e suas influências devem ser levados em conta no estudo da efetividade da democracia. E isso, ainda segundo Lijphart, é possível, por serem variáveis identificáveis e mensuráveis.

Após a avaliação criteriosa dos dados e inclusão das formas de controle dos fatores que tem influência no campo da gerência macroeconômica e controle da violência, o autor expõe meticulosamente os resultados de seus testes que visaram a verificar qual das formas de democracia obtém mais sucesso na gerência macro-econômica. Como resultado, tem-se que os indicadores de crescimento econômico e liberdade econômica (*economic freedom*) não restaram conclusivos, tendo havido, no geral, pequena, mas insignificante vantagem para as democracias consensuais. Entretanto, quando são levados em conta todos os demais indicadores de desempenho econômico, as democracias consensuais têm resultados um tanto melhores, e, no tocante ao controle da inflação, o que se tem são resultados significativamente mais positivos. Quanto ao controle da violência, novamente, os resultados são minimamente melhores no caso das democracias consensuais quando o autor introduz as formas de controle da pesquisa e deixa de levar em consideração os casos extremos da Jamaica e Reino Unido (pois estes países passaram por violentos momentos no decorrer do período de estudo), entretanto, quando estes casos são levados em conta e as formas de controle removidas, as democracias consensuais se associam, de forma bastante significativa, à menor ocorrência de violência.

Lijphart explica que, até então, só se ateu às consequências relativas a primeira dimensão das demo-

cracias consensuais. O conhecimento convencional entende como sendo esses efeitos os desfavoráveis, deixando de avaliar, expressamente, a segunda dimensão das democracias consensuais.

Apresenta, então, os resultados de sua pesquisa quanto à segunda dimensão, sendo que, novamente, as relações são insignificantes, apontando pequeníssima vantagem para as democracias consensualistas. Todavia, no tocante ao controle inflacionário, sua relação com essas democracias é extremamente forte. Inclusive quando são inseridas as formas de controle e retirados os casos extremos (Grécia e Itália), as relações continuam intactas, com o mesmo nível de significância.

Explica Lijphart, em seqüência, que esse achado importante, obviamente, não é surpreendente. Um dos cinco “ingredientes” das democracias consensualistas em sua segunda dimensão é a independência dos bancos centrais, e a mais importante razão para que os bancos centrais sejam fortalecidos e independentes é, justamente, para dá-los as ferramentas adequadas e necessárias para controlar a inflação. Conforme atenta o próprio autor, importa salientar que a lógica existente para que se de aos bancos centrais tal independência, é justamente inversa à lógica da sabedoria convencional: políticas fortes e coerentes, neste caso, são devidas à divisão de poder, ao invés de sua concentração.

Concluindo, Lijphart coloca que os resultados não foram conclusivos no sentido de serem as democracias consensualistas melhores que as majoritaristas em gerenciar a economia e manter a paz civil, com a forte exceção do controle da inflação. Todavia, o que restou provado é que as democracias majoritárias claramente não são superiores às consensualistas nessas tarefas. Assim, temos que a segunda parte do conhecimento convencional não precisa ser completamente revista: não ficou provado que formas consensualistas de governo são melhores que as formas majoritaristas. Entretanto, o que restou provado, sem qualquer dúvida, é que essa mesma segunda parte do conhecimento convencional é claramente errada em afirmar que o majoritarismo é a melhor forma de governo.

Por fim, o autor passa a estudar a primeira parte do conhecimento convencional, que reconhece a forma consensualista como sendo a melhor em termos de representatividade.

Na primeira parte deste estudo, o autor analisa várias formas de se medir a qualidade de uma democracia e de sua representatividade, assim como o quanto uma democracia consensual é melhor neste quesito, de acordo com essas medidas.

Na segunda parte, o Lijphart discute as diferenças entre os dois tipos de democracia no tocante às orientações políticas de larga escala. Neste ponto, diz o autor, ele demonstra que a democracia consensualista tende a ser a forma de democracia mais “branda, gentil”. A democracia consensual apresenta essas qualidades mais brandas e gentis das seguintes formas: são mais tendentes a serem socialdemocracias (que primam pelo bem-estar social), têm melhores históricos na preservação ambiental, há menos pessoas condenadas a penas privativas de liberdade e há menor probabilidade de ser usada a pena de morte; e as democracias consensualistas do mundo desenvolvido são mais generosas em sua assistência econômica às nações em desenvolvimento.

No tocante à qualidade democrática, aplicando as formas de controle, Lijphart conclui que, no geral, democracias consensualistas têm melhores conceitos que as majoritaristas em todas as medidas de qualidade democrática.

Já quanto às qualidades “brandas e gentis” de uma democracia, o autor parte do pressuposto de que democracias consensualistas estariam associadas com políticas mais brandas, gentis e mais generosas. Para isso, Lijphart apresenta os resultados da análise dos efeitos da democracia consensualista em dez indicadores de orientações políticas no tocante a quatro áreas que, segundo ele, são de atividade de governo em que essas boas qualidades tendem a se manifestar: bem-estar social, proteção ao meio-ambiente, justiça criminal e auxílio a estrangeiros.

Concluindo, assim como é colocada no subtítulo de um dos capítulos: “democracia consensualista faz a diferença”, realmente, democracias consensualistas fazem uma grande diferença no tocante a quase todos os indicadores de qualidade democrática e com relação a todas aquelas qualidades mais brandas e gentis. Ademais, quando as formas de controle são introduzidas, a diferença positiva da democracia consensualista tende a se tornar ainda mais expressiva.

No último capítulo, Lijphart resume as principais conclusões a que chegou durante a obra, além de atentar para a questão cultural, que, segundo ele, pode influir mais que o caráter consensualista para a verificação daquelas políticas mais brandas e gentis. No mais, Lijphart expõe suas perspectivas otimistas para o futuro da democracia consensualista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Samuel Mendonça, por ter me incentivado a participar da Iniciação Científica; ao Professor Dr. Luiz Paulo Rouanet, por ter me proporcionado essa oportunidade e por ter me orientado com tanto afinco durante todo o ano; a minha grande amiga Thaís Helena Smilgys, por ter me apoiado e me ajudado nos momentos de maior dificuldade; a meus pais, sem o apoio dos quais não seria graduando desta Universidade e à Reitoria da PUC-Campinas, por dar fomento e incentivar a pesquisa no âmbito acadêmico.